

O ESTUDO EXPLORATÓRIO DA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL MATRICULADAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO LUDOVICENSE

Laura Carvalho Matos¹; Waleria Lindoso Dantas Assis²; Tyciana Vasconcelos Batalha³; Josélia de Jesus Araújo Braga de Oliveira⁴; Dr. José Carlos de Melo⁵.

Universidade Federal do Maranhão, lauracarvalhomatos12345@gmail.com; Universidade Federal do Maranhão, walerialindoso@hotmail.com; Faculdade Futura, alftyci@gmail.com; Universidade Federal do Maranhão, josybraga45@gmail.com; Universidade Federal do Maranhão, mrzeca@terra.com.br.

RESUMO: O projeto de pesquisa foi realizado junto ao Grupo de Estudo e Pesquisa Educação Infância & Docência – GEPEID, no Município de São Luís- MA, a fim de observar a situação educacional das crianças de 0 a 6 anos com deficiência visual matriculadas na rede básica de ensino da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) para analisar a aplicação das diversas leis brasileiras que amparam o público alvo da educação especial. A metodologia utilizada foi o estudo teórico aliado a análise de documentos como a Constituição Federal de 1988, da política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, posteriormente uma pesquisa de campo realizada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED com um questionário fechado que foi respondido por funcionários da Superintendência de Educação Especial, visitas em algumas escolas onde há crianças de 0 a 6 anos com deficiência visual para fazer algumas observações posteriormente anotações para fundamentar ainda mais a pesquisa. A pesquisa se iniciou em setembro/2016 e até junho/2018. Concluímos que há necessidade do aumento da demanda de Formação Continuada na área de Educação Especial, nota-se também a necessidade de uma reestruturação das escolas para atender as crianças com esse tipo de especificidade. Constatou-se que ocorreram alguns avanços nas escolas tanto na questão estrutural como na pedagógica, porém, precisam ser realizadas muitas melhorias no atendimento das crianças com Deficiência Visual.

Palavras-chave: Deficiência visual, Crianças, Constituição.

1. INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa foi realizado junto ao Grupo de Estudo e Pesquisa Educação Infantil & Docência no Município de São Luís-MA, a fim de quantificar as crianças de 0 a 6 anos com deficiência visual matriculadas na rede básica de ensino para analisar a situação educacional dessas crianças e a aplicação de forma correta das diversas leis brasileiras que amparam o deficiente.

Sendo justificada a importância desse artigo pois desde o início dos tempos nota-se a existência de pessoas com deficiências, e com o surgimento de novas doenças, como a

¹Graduanda de Pedagogia, Membro do GEPEID; ²Pedagoga, Especialização em Educação, Membro do GEPEID e GEP-TDE; ³ Pedagoga, Especializando em Alfabetização e Letramento, Membro do GEPEID, GLEPDIAL e GEP-TDE; ⁴Pedagoga, Especialista em Docência da Educação Infantil, Professora Revisora de Braille (SEDUC-MA), Membro do GEPEID; ⁵ Doutor em Educação: Currículo na linha de pesquisa Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares pela PUC-SP, Pós-doutorado em andamento na Universidade Católica de Santos - SP - UNISANTOS, sob a Supervisão do Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior. Docente do Programa de Gestão de Ensino da Educação Básica - PPGEEB. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infância & Docência - GEPEID. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e História da UNISANTOS Consultor Ah Doc de vários periódicos Nacionais

Zika (Zika Vírus) e a Paralisia Cerebral, que podem ocasionar a deficiência visual, ocorreu um grande aumento de crianças com deficiência visual.

É necessário que o profissional de educação esteja preparado para essa demanda, aliada ao uso da constituição que estabelece alguns direitos essenciais para os portadores de necessidade especial, assim, necessário um estudo como esse para quantificar o número de crianças com deficiência visual de 0 a 6 anos na matriculados na educação básica e se as mesmas estão sendo bem assistidas e ensinadas nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Luís-MA.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARTIGO

Segundo as autoras, Leite e Silva (2006, p. 14):

O que se percebe, na realidade, é que a efetivação da educação escolar para todos só se dará a partir do momento que a sociedade vivenciar sentimentos e atitudes de respeito ao outro como cidadão e deixar de reconhecer na pessoa com deficiência um ser incapaz.

Esse tema foi escolhido por base de estudos de diversos textos junto ao Grupo de Estudos e Pesquisa Educação Infantil & Docência –GEPEID na Universidade Federal do Maranhão. Até o momento a Superintendente da área de Educação Especial, Dr^a Dalvina, não houve nenhum projeto com essa temática específica em sua gestão (6 anos).

Por ser um tema inovador e algo que traz conteúdos e informações para a sociedade acadêmica, podendo inclusive trazer mudanças significativas para a formação dos professores, ou formação continuada dos mesmos.

Essa pesquisa partiu de uma abordagem quantitativa de acordo com VERGARA (2007) as análises qualitativas são exploratórias, ou seja, visa extrair dos entrevistados seus pensamentos que foram livremente ditos sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem emergir aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea.

A referida pesquisa foi realizada por meio de estudo de caso, exigindo empenho para identificar o problema, analisar evidências e desenvolver argumentos.

Trata-se de um estudo de caso, primeiramente porque foi um estudo aprofundado de um caso específico: um estudo exploratório de crianças de 0 a 6 anos com deficiência visual matriculadas na Rede Municipal de Ensino na cidade de São Luís-MA, e também porque o fenômeno analisado é contemporâneo e se insere no contexto da vida real.

A respeito deste tipo de pesquisa coadunamos com Prodanov e Freitas (2013) quando definem:

O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetivação, originalidade e coerência. (p. 60)

Em relação à pesquisa é importante enfatizar que de acordo com nosso objeto, a escolha por esse método se torna óbvia, visto que é o método que mais se aproxima das necessidades de percurso para responder ao problema delimitado.

Assim, definimos os instrumentos de pesquisa com base nas colocações de Marli André (2013).

A importância de delimitar os focos da investigação decorre do fato de que não é possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado. A seleção de aspectos mais relevantes e a determinação do recorte são, pois, cruciais para atingir os propósitos do estudo e uma compreensão da situação investigada. Bassey (2003) considera que há três grandes métodos de coleta de dados nos estudos de caso: fazer perguntas (e ouvir atentamente), observar eventos (e prestar atenção no que acontece) e ler documentos. (p. 99)

A nível de uma pesquisa exploratória (PRODANOV; FREITAS, 2013) um dos instrumentos utilizados para a coleta de dados foi o de análise documental relacionadas com o tema como: as legislações e as políticas vigentes sobre o público alvo da Educação Especial. Também, utilizou-se questionários com perguntas fechadas, abertas e de múltipla escola com 4 funcionários da Superintendência de Educação Especial.

Nestes casos optou-se pelo questionário semiaberto para dar prosseguimento a pesquisa, pois trata-se de um instrumento de coleta de dados para amostras maiores onde grande parte dos resultados surgem de perguntas fechadas, com mais fácil tratamento e tabulação. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi aplicado questionário com perguntas de amplas escolhas e perguntas objetivas com 04 Funcionárias da SEMED que atuam na Superintendência De Educação Especial-SAEE.

Entrevista com Dr^a Dalvina Amorim Ayres.

A primeira que eu entrevistei foi a Superintendente da área de Educação Especial, Dr^a Dalvina Amorim Ayres, a mesma não soube quantificar as crianças com deficiência visual matriculadas na Rede Municipal de Ensino, porém me auxiliou no contato com as demais entrevistadas que me auxiliaram muito na trajetória desse trabalho.

A Dr^a Dalvina, informou que a SEMED semestralmente oferece duas formações continuadas, uma de Soroban e uma de Braile. Relatou que do ano de 2017 ao ano de 2018 houve uma diminuição de 60% na procura dos cursos destinados aos profissionais que atuam com alunos com deficiência visual, e não soube informar o porquê da diminuição dessa procura. Porém, informou que nem todos os funcionários que atuam com crianças com deficiência visual possuem essas formações continuadas.

O único critério para a escolha da escola que irão matricular alunos com deficiência visual é a proximidade da escola com sua residência, não levando em conta as condições físicas da escola. E ainda, relatou também, não achar a pesquisa interessante pois acredita que não exista público alvo.

Entrevista com as três técnicas de acompanhamento pedagógico A, B e C.

O questionário foi aplicado em quase simultaneidade, sendo ao todo, três técnicas, ambas possuem curso de licenciatura. A nomenclatura do cargo é chamada por este termo, “técnicas”. Dão apoio pedagógico especificamente para crianças com deficiência visual da Rede Municipal de Ensino.

Uma técnica atua no turno matutino e duas no turno vespertino, ambas atendem os mesmos alunos, pois o turno de aula e de sala de atendimento educacional especializado se alteram.

Relataram que existem (5cinco) crianças que se encaixam no público alvo da pesquisa, segue um quadro com alguns dados:

Quadro 01 contendo nome fictício, escola aonde estuda e idade:

Adriel	Paulo freire – Liberdade	04 anos
Abimael	Savali - anil	06 anos



Ezequiel	Savali - Anil	06 anos
Samuel	João de Sousa Guimarães – Vila Luisão	06 anos
Gabriel	Ueb Nossos Amiguinhos - Tibiri	03 anos

Fonte: Quadro elaborado pela Autora (2018)

Todas relataram que houve um aumento significativo de matrículas, e que nenhuma escola da Rede está preparada para atender em sua totalidade as crianças com deficiência visual.

Demonstraram satisfação com a pesquisa e a consideraram relevante para ver um lado ampliado da educação dessas crianças.

Foi comprovado que há uma pequena quantidade de crianças com deficiência visual matriculadas na Rede Municipal de Ensino do Município de São Luís-MA. Nota-se que a maioria dos profissionais que ensinam as crianças com deficiência visual possuem pouca formação na área de Educação Especial.

No início do trabalho, alguns profissionais que atuavam com o público alvo da pesquisa, não tinham formação superior. Porém, houve um concurso público, o que possibilitou o ingresso de profissionais com formação superior e específica nos quadros atuais, para atuar com as crianças com deficiência visual.

Devemos pensar em como incluir e integrar o cego, o mais cedo possível, na vida. O cego deve viver uma vida em comum com os videntes e, para isso, deve estudar na escola regular. É certo que os elementos específicos do ensino especial devem ser preservados na escola especial ou introduzi-los na escola comum. Em princípio deve-se integrar os dois sistemas. Com o fim de vencer o espírito anti-social da escola especial é necessário realizar uma experiência cientificamente fundamentada no ensino e na educação compartilhada, entre cegos e videntes. Experiência que tem futuro promissor. (VYGOTSKY, 1989, p.64).

As escolas em sua maioria têm poucas adaptações adequadas para atender alunos com deficiência visual, levando assim a entender que a legislação vigente não está sendo cumprida

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que houve um aumento no número de matrículas de crianças com deficiência visual na rede municipal de ensino maranhense.

Houve um grande avanço na pesquisa que foi a inserção de profissionais licenciados na educação dessas crianças, nos dias atuais todos os profissionais da rede municipal de ensino que trabalham com crianças de 0 a 06 anos com Deficiência Visual possuem nível superior.

Conclui-se que há necessidade do aumento da participação dos profissionais que trabalham com as crianças com Deficiência Visual nas formações continuadas na área de Educação Especial oferecidas pela SEMED e que os mesmos busquem outras formações para melhor atender as especificidades dessas crianças.

Nota-se também, a necessidade de uma reestruturação das escolas para atender as crianças com esse tipo de especificidade.

Constatou-se que ocorreram alguns avanços nas escolas tanto na questão estrutural como na pedagógica. Porém, precisam ser realizadas melhorias no atendimento, das crianças com deficiência visual, não há um cumprimento total da legislação vigente.

As escolas não estão preparadas como um todo para entregar uma educação de qualidade para as crianças de 0 a 06 anos com deficiência visual na Rede Municipal de Ensino da cidade de São Luís-MA.

Vygotsky (1989, p.61), defende a educação da pessoa com deficiência como um meio de emancipar e enaltecer a sua dignidade, descreve:

É provável que mais cedo ou mais tarde a humanidade triunfe sobre a cegueira, sobre a surdez e sobre a deficiência mental. Mas as vencerá no plano social e pedagógico muito antes que no plano biológico e medicinal. É possível que não esteja longe o tempo em que a pedagogia se envergonhe do próprio conceito que tem sobre a criança deficiente, ou seja, considera como um defeito não eliminável de sua natureza. O surdo falante, o trabalhador cego participantes da vida em toda a sua plenitude, não sentirão sua deficiência e não darão motivos para que outros a sintam. Em nossas mãos está tratar de que o surdo, o cego e o deficiente mental não sejam pessoas com defeito [...] o número de cegos e de surdos se reduzirá de um modo incrível. Pode ser que a cegueira e a surdez desapareçam definitivamente. Porém, muito antes, elas serão vencidas socialmente.

Diante dessa realidade, existe a necessidade de reforma e reestruturação física das escolas para atender as necessidades das crianças, bem como a aquisição de matérias pedagógicas específicos para crianças com deficiência visual.

Na visão do teórico, não deve existir diferença entre a educação da criança deficiente e outra criança normal, mas sim, uma educação especial de caráter científico.

[...] não se pode dizer que não há conhecimentos especiais para os cegos, os surdos e os deficientes mentais. Mas, estes conhecimentos e sua preparação devem submetê-los à educação geral e à formação geral. A pedagogia especial deve ser diluída na atividade geral da criança deficiente (VYGOTSKY, 1989, p.47).

Oferecer um curso de mobilidade para os profissionais, e para a família da criança. Modificar o horário da formação para que todos os profissionais possam participar e incentivá-los a fazer outras formações.

É necessário também um estudo da legislação vigente para que possa ser cumprida e assim garantir as crianças uma educação de melhor qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Lei Federal de 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 2000.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF, 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei Federal n.º 9.394, de 26/12/1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BUENO, José Geraldo Siqueira. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação especial. Brasília, 2002. 136p.

GLAT, R.; BLANCO, L.M.V. **Educação especial no contexto de uma educação Inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.) *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. P.15-30.

LEITE, Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira; SILVA, Glicélio Ramos. **Inclusão da pessoa com deficiência visual nas instituições de educação superior de belo horizonte**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsb-0151.pdf>. Acesso em: 10 SET. 2018.

OLIVA, Diana Villac. **A educação de pessoas com deficiência visual: inclusão escolar e preconceito**; Orientador José Leon Crochík. São Paulo, 2011. 244p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAUDE (OMS). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*, Lisboa, 2004. p. 186-188.

QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. **A inclusão na educação: humanizar para educar melhor**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2015.174p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos De Pesquisa Em Administração**. São Paulo: Editora Atlas, 2005. 287p.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia**. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.